

semblêa iniciará a discussão do projeto da Constituição Estadual a partir de 15 de outubro, propondo que à luz do texto da Constituição Federal, que será distribuída, os Conselheiros fossem meditando sobre o conteúdo que se deverá ter em relação à Constituinte Estadual. Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. E, para constar, eu, Altanira da Costa Mondadori, Secretária "ad hoc", lancei a presente ata que será por todos assinada. Altanira da Costa Mondadori

Altanira da Costa Mondadori  
R.  
José Tribuzelles

Altanira da Costa Mondadori

73: Reunião

Ata da reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, realizada em vinte de outubro de mil novecentos e oitenta e oito.

Aos vinte dias do mês de outubro de mil novecentos e oitenta e oito, às quatorze horas, no Auditório Brasília Ibirapuera da Secretaria de Estado da Cultura, à rua Ébano Pereira nº 240, reuniu-se o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, sob a presidência do Professor Oldemar Blasi, uma vez que o Professor René Friel Dotti, Secretário de Estado da Cultura e Presidente do Conselho, que se encontrava em viagem, não chegou a tempo como estava previsto. Além do Conselheiro Oldemar Blasi, participaram da reunião os Conselheiros: Celso F. A. Gomes Carneiro, José da

Pestina Filho, Alfred Willer, Ruy Wachowicz, Ana Cleide Chiarotti Cesário, Luiz Edson Fachin, Esmeralda Quadros, Suplente do Conselho João Bigarella, Sérgio Pires, Vice-Presidente do Comitê Brasileiro do ICOMOS, arquiteto Marco Antonio Alzamora Galves, Chefe da Coordenação do Patrimônio Cultural, estando ainda presentes a Arquiteta Rosina Koch Alice Perchen, o Arquiteto Antônio Carlos Lami, da cidade de Londrina, Oscar Fergütz do Núcleo de Estética da CPE, Arquiteta Neli Tamessawa, Historiador Aimoré Lúcio de Brasil Jantres, Prof Ruy A. Vieira, Sr. Lúcia Vieira, Sr. Robertson F. Agredo e os representantes da Organização Ecocatu oby Pró-Natureza, Alceu Francisco Tabelipa e Tiemi R. Takahashi. Justificaram a ausência os Conselheiros João Bigarella e Francisco Antônio Carboni. Estava prevista para esta reunião a seguinte pauta: "Tombamento do imóvel da rua Carlos de Carvalho", "Processo de tombamento do Colégio Serapim de Luiza de Vitória", "Apresentação do projeto de antiga Estação Rodoviária de Londrina" e "Outros Assuntos", em que constava: Pedido de Tombamento da Casa do Arquiteto Frederico Kirchgossner e da residência de Dona Isabel Goum e Projeto de Reabilitação do Setor Histórico do Largo de Ordem. Ibrindo a reunião, o Sr. Presidente solicitou que se fizesse a leitura de Ata que foi aprovada depois das seguintes considerações e correções: deveria ser mais resumida; a cópia deveria chegar com bastante antecedência às mãos dos Conselheiros; ressaltar que o Prof. Sérgio Pires é Vice-Presidente do Comitê Brasileiro do ICOMOS e não do Conselho Brasileiro do ICOMOS, como foi dito; em vez de planejamento urbano baseado em coeficientes, deveria constar "desenho urbano baseado em coeficientes" e por último foi solicitado que se esclarecesse a localização da área que motivou a denúncia do Dr. Antônio Simon Sobrinho. Atendendo esse observação deve constar o endereço exato da área em questão. Dado início à Ordem do Dia, o Sr. Presidente passou a palavra ao Conselheiro Ruy Wachowicz, relator do Processo de Tombamento do Grupo Escolas Serapim, pois o Conselheiro deveria se retirar para outro compromisso. Após a leitura do histórico

do processo, onde consta que o prédio em questão foi construído em 1917, época em que "o Paraná estava se desvencilhando de um de seus maiores problemas históricos: a questão do Contestado com o vizinho Estado de Santa Catarina" e que essa construção "foi uma espécie de retribuição governamental ao apoio da população à causa paracuita". É desde então houve sempre a preocupação de resguardar o prédio. O relator apresentou o seu voto favorável ao tombamento por ter verificado "que há uma relação estreita entre o valor arquitetônico do prédio e o sentimento e comportamento da população em relação à preservação do Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural da Comunidade". Apenas sugeria as seguintes providências: "a) substituição das janelas centrais do prédio pelo modelo de madeira original; b) toda e qualquer modificação nos anexos, localizados na parte superior do prédio tombado, deverá levar em conta o seu distanciamento do mesmo e sua altura na deverá prejudicar o aspecto arquitetônico do edifício". Colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Já seguir, o Sr. Presidente novamente pediu permissão para alterar a ordem da pauta, dando em discussão o Projeto para restauração de Antiga Estação Rodoviária de Londrina, pois quem deveria apresentá-lo era o Arquiteto Antônio Carlos Loui que mora na referida cidade acompanhando a Conselheira Jane Cleide e deveria retornar ainda naquela tarde. Já palavra foi dada, então, à referida Conselheira que, inicialmente, convidou a Arquiteta Rosina para tomar parte à mesa, uma vez que vem acompanhando o projeto e, prossequindo, expôs rapidamente aos presentes que, como já era de conhecimento de todos, a antiga Rodoviária já é tombada e a população local e o poder público, representado pelo Secretário de Urbanismo, solicitou que fosse logo o referido prédio fosse desativado, seria necessária uma ação rápida para evitar transformos e que já havia contratado dois Arquitetos, um dos quais estava

perante, que estiveram elaborando uma proposta de restauro e pos-  
 sível reutilização do prédio. Assim, a Conselheira, por solicitação dos  
 mesmos, estabeleceu o contato com a Coordenadora de Patrimônio, através  
 da Arquiteta Rosina que ficou supervisionando o Projeto, já estau-  
 do o mesmo concluído. Por esse motivo, a Conselheira manifestou in-  
 teresse no sentido de que se fez necessária uma específica réplica fe-  
 ra que, em caso de aprovação, que é o seu desejo e dos brasili-  
 nenses que representa, as obras possam ainda ser iniciadas nessa ges-  
 tão. Tomando a palavra, o Arquiteto Antônio Carlos Louvi, explicou  
 que esse prédio, projetado pelo Arquiteto Vila Nova Artigas e construí-  
 do em 1951, é uma importante obra arquitetônica moderna brasileira  
 e bom representante do estilo de seu projetista. Disse, ainda, que  
 desde 1985 quando se iniciou a construção da nova Rodoviária,  
 os estudos já vêm sendo feitos e também foi consultada a comuni-  
 dade para a reutilização do prédio, chegando-se à conclusão final  
 que, em face de sua concepção espacial, melhor seria destiná-lo  
 a um "Centro de Exposições Temporárias", como se está propondo, tendo  
 se a preocupação de alterar o projeto, digo de não alterar o  
 projeto original, devendo apenas fazer algumas obras de reparo. Para  
 ilustrar o seu trabalho, apresentou o projeto original e o atual  
 para serem comparados, ressaltando que algumas alterações que fo-  
 ram feitas no decorrer do tempo, serão corrigidas em favor do  
 projeto original. Terminada a exposição do Arquiteto Louvi, o Sr. Pre-  
 sidente solicitou a opinião da Arquiteta Rosina sobre o assunto,  
 dizendo esta que há algum tempo vinha acompanhando o desen-  
 volvimento do projeto junto com a Arquiteta Rosina, e que era  
 testemunha do estado deplorável em que estava o prédio quando de-  
 scoberto, enfatizando que as intervenções a serem feitas visavam  
 corrigir o que havia sido substituído de maneira indevida e  
 que em seu ponto de vista havia-se de um projeto consciencioso.  
 O Sr. Presidente solicitou também o depoimento do Coordenador  
 do Patrimônio Cultural que disse também estar de acordo com a  
 forma com que o trabalho vem sendo conduzido. A Conselheira Ana  
 Cláudia manifestou a sua preocupação em respeito ao próximo

término de atual administração com receio de o projeto não ser levado a termo, sugerindo que o Conselho sempre se posicionasse para que a reutilização desse espaço se procedesse da forma como foi concebida, o que foi aprovado pelo Conselho da Pastora, aproveitando para cumprimentar a equipe por esse trabalho. Não havendo nenhuma manifestação em contrário, o Sr. Presidente consultou o Coordenador se é de praxe a Coordenadoria se manifestar sobre a utilização de um bem tombado pelo Estado. Respondendo, o Coordenador informou que tanto pode aceitar as manifestações como pode estudar mais detalhadamente. Como a Conselheira Ana Cleide sugeriu que fosse votada a proposta, o seu intento foi aceito pela Coordenadoria. Sugeriu, ainda, o Conselheiro Fachin que a destinação do imóvel tombado seja a que se propõe. Lembrou o Conselheiro da Pastora que o Conselho não pode impor o uso, desde que seja respeitada a concepção espacial, mas que qualquer intervenção deve passar pela aprovação do Conselho. Terminados os debates, o Sr. Presidente colocou em votação o assunto sob dois aspectos, sendo o primeiro que se refere ao projeto de restauro do edifício e o segundo, no sentido de que o Conselho recomenda a reutilização do imóvel para a destinação que está sendo proposta, isto é, para ser o Centro de Exposições Temporárias. Tanto um aspecto como o outro foram aprovados por unanimidade. Concluindo este tema, a Conselheira Ana Cleide solicitou ainda a palavra para fazer uma referência ao IPAC (Inventário e Proteção do Acervo Cultural) que é um Projeto da Universidade de Londrina, de extensão à comunidade, do qual é supervisora e que dentre as suas atividades, vem desenvolvendo um projeto piloto num bairro que tem certa autonomia e expressão, chamado Vila Casari, onde a população é mobilizada para o trabalho conjunto; várias promoções já foram feitas envolvendo a população, como o álbum fo

topográfico que será lançado no dia 21 do corrente, cujas fotos  
 ser contribuições dos próprios moradores. Após essa exposição, a  
 Conselho fez a entrega de um convite para os presentes, bem  
 como de um exemplar do aludido álbum. Aproveitando a opor-  
 tunidade, mencionou outro projeto que está sendo desenvolvido em  
 Londrina, que também tem o apoio de SEEC, denominado "Os  
 Laminhos do Café", que visa registrar as marcas da cafeeira  
 cultura em Londrina, tendo já uma coluna no jornal que se  
 intitula "Memória Estidiana", onde fotos antigas que marcaram  
 épocas são lembrados, ilustrando a sua apresentação com  
 o auxílio de recortes. Cumprimentando o trabalho realizado,  
 o Sr. Presidente deu seguimento à pauta, qual seja, o  
 "Tombamento do Casarão Lamberencas de São Mateus do Sul" que  
 foi apresentado pelo Coordenador, Dr. Marco Algemore, esclare-  
 cendo que se tratava de uma solicitação do Deputado Estadual  
 Renato Adun, representando interesse da comunidade de São Mateus  
 do Sul no sentido de que uma espécie de casarão, situado  
 no Clube Lamberencas, cujas sementas foram trazidas da Polónia, seja  
 tombado. Intermitente, o Sr. Presidente expôs-se com muita pro-  
 fundidade, dizendo que todos os imóveis deveriam ser tombados, o  
 que foi apoiado pelos presentes, inclusive no seu ajuntamento de  
 que não haveria necessidade de relatório para esse processo, já  
 que foi unanimemente aprovado. Em continuidade aos trabalhos  
 solicitou o Pq. Blasi que o Coordenador do Patrimônio Cultural  
 expusesse o seguinte item da Pauta: "Tombamento do Imóvel de  
 rua Carlos de Carvalho". Segundo suas informações, o processo foi  
 recebido no dia sete do corrente, na sexta-feira que antecedeu  
 o feriado. Mesmo assim foi enviado pela Coordenadoria um Re-  
 quisito que não teve acesso ao local e, em seguida, no dia  
 doze, a casa foi demolida, portanto, nada mais se poderia  
 fazer, como também explicou o Conselho da Pauta. Em face  
 dessa situação irreversível, sugeriu o Conselho Celso Cer-  
 neno que, ao menos, caberia um voto de protesto do Co-  
 nselho e que o SEEC tornaria público com bastante divulgação.

Concluindo, o Sr. Presidente manifestou-se dizendo que o Conselho lamentava o ocorrido, mas que nenhuma medida caberia, já que a infração chegara tardiamente, não havendo nem formação de processo, apenas concordava com a sugestão do Conselheiro Le Pastore no sentido de que a Coordenadoria do Patrimônio em conjunto com a Prefeitura procurasse fazer um cadastro de bens que podem ser considerados de importância para preservar, seja por valor arquitetônico ou outros. Dando prosseguimento à pauta, o Sr. Presidente colocou para apreciação os "Outros Assuntos", sendo o primeiro ao encargo do Conselheiro Willer que se referia ao "Pedido de Tombamento de Casa do Arquiteto Frederico Kirchgassner e da residência de Dona Isabel Gomm". Inclusive o Coordenador do Patrimônio comunicou aos presentes ter recebido nesse dia mesmo os Ofícios a respeito, encaminhados pelo Conselheiro Alfred Willer, solicitando que o mesmo fizesse uma síntese do assunto. Nos termos o Conselheiro que o Coordenador prosseguisse à leitura das correspondências dirigidas ao Sr. Secretário de Cultura. Na primeira, a respeito da residência de Dona Isabel Gomm, o Conselheiro Willer propõe a abertura do processo de tombamento da referida casa, bem como do seu entorno, que é um jardim em arborização de parte, composto com o imóvel o conjunto arquitetônico. Diz ainda, o Ofício que essa residência, situada à Av. Beitel, foi construída em 1913, pela Serraria Lumber. Possui inúmeras qualidades arquitetônicas, sendo exemplo típico das construções rurais da burguesia inglesa da época, tendo sido ponto de encontro da colônia inglesa e abrigado nos anos vinte o Consulado Britânico. Ainda tem como valor histórico a ligação da Serraria Lumber com a ocupação do Sudoeste do Paraná, a Guerra do Contestado e o ciclo da madeira. Tanto o imóvel como os seus jardins já foram declarados de utilidade pública, no ano anterior, para fins de desapropriação. Terminando a leitura,

mencionou que constava anexo o plano do IPPUC para a área. A seguir, apresentou o segundo ofício que veio assinado também pelo Conalheiro Willer e pela Suplente, digo, pela Conalheira Suplente Regina Wallbach, que propõe abertura de processo de tombamento pela Fundação de Patrimônio Cultural, da residência do Arquiteto Frederico Kirchgassner, recentemente falecido, que fica situada à Rua Jaime Reis. Projetada em 1929 e construída em 1932 pelo seu proprietário, representa um marco da arquitetura moderna brasileira, sendo a primeira desse estilo em Curitiba, conforme parecer anexo do Arquiteto Kei Imaguire Júnior. Sendo a sua localização, digo, localização em meio a edifícios altos e área de muita revalorização, urge que se providencie o tombamento, pois a sua preservação é um risco em potencial. Terminada a leitura, o Dr. Márcio Alzamora informou que seriam tomadas imediatamente as providências, como levantamento fotográfico e complementação historiográfica para apresentação na próxima reunião. Complementando, o Conalheiro Willer informou que a Sra Regina Wallbach dispõe de documentos para anexar ao processo e que sobre a casa de Dona Isabel Gomon, ele poderá acrescentar uma planta que está em seu poder. O próximo assunto em Pauta foi então colocado em discussão pelo Sr. Presidente: "Projeto de revitalização do Setor Histórico do Largo da Ordem", pedindo ao Coordenador do Patrimônio que se manifestasse. Tomando a palavra, leu a correspondência enviada ao Sr. Secretário de Cultura pela Diretoria Municipal e pelo Administrador da Freguesia de Matiz, em conjunto com a Associação de Comerciantes do Largo da Ordem, comunicando que estão implementando projeto de revitalização do Setor Histórico do Largo da Ordem, cujo término estava previsto para o dia vinte e oito do corrente e que a Secretaria de Estado de Cultura caberia providenciar a pintura e reforma das fachadas dos "próprios" Estaduais. Terminada a exposição, o Sr. Presidente considerou importante a Prefeitura tomar providências mas que não compete ao Conselho opinar, solicitando informações ao Coordenador se haveria nesse local prédios pertencentes à SEEG. Pergun-

foi também o Conselheiro Celso Carneiro se esse plano de re-  
inteligência nas implicações na modificação de nenhum bem tom-  
bado e que tal nas acontecendo, é opinião dos Conselheiros  
que não teriam nada mais a dizer. Solicitando a palavra  
o Conselheiro La Pastina comunicou que a Casa João Tu-  
rim será uma realidade até o mês de dezembro, graças à  
iniciativa e interesse do Secretário de Estado da Cultura  
Prof. René Ariel Dotti, pois que há trinta e cinco anos que  
a referida casa foi criada por Decreto e só agora recebe  
carteira. Disse ainda, estar coordenando o resgate do acervo  
cujo projeto nesse sentido elaborou com assessoria do Cen-  
tro de Restauração e com a Arquiteta Rosina, a pedido do  
Sr. Secretário, acervo esse, constituído de peças frágeis e  
que se vê de veloz inextinguível, estando em precaríssimas condi-  
ções. Prossequindo as comunicações, tomou a palavra o Con-  
selheiro Celso Carneiro para informar que havia recebido jun-  
tamente com o Conselheiro La Pastina e a Arquiteta Rosina  
a incumbência de examinar a questão alusiva à destinação  
do acervo do Museu David Carneiro, que corre risco de  
ser fracionado e deixar o território paranaense. Disse, ainda,  
que no Relatório, concluído nesta data, apresentaram soluções  
em relação à pendência jurídica entre a família Carneiro  
e o Banco do Brasil e quanto à localização do acervo,  
sugerindo a permanência no mesmo local ou a transferência  
para a Lapa, em local ser previamente estudado. Esse Rela-  
tório que está encaminhado ao Sr. Secretário, possivelmente será  
apreciado pelo Conselho no momento oportuno, segundo suas  
palavras. Manifestou-se o Conselheiro La Pastina dizendo que  
por motivos históricos o acervo deveria voltar à Lapa. A  
seguir, o Conselheiro Willer propôs ao Sr. Presidente que fo-  
sem designados os relatores dos processos por ele apresentados,  
em vista já do fim do ano, sugerindo entre o Conse-  
lheiro La Pastina como relator do processo alusivo ao tom-  
bamento da residência do Arquiteto Frederico Kirchgossner

e ficando ao encargo do Conselheiro Celso Carneiro o processo relativo ao tombamento do imóvel de Dns Isabel Gom. Dando sequência, o Sr. Presidente comunicou que o Conselheiro José da Passina Filho, representando o Conselho do Patrimônio Histórico Nacional e ele próprio, representando este Conselho, e o Sr. Secretário, participaram em Porto Alegre, no período de 10 a 14 do corrente, das 3<sup>as</sup> Jornadas Internacionais das Missões Jesuíticas, onde, nessa oportunidade fizeram a comunicação sobre as primeiras pesquisas sobre as descobertas dos vestígios iniciais do povoel assentamento do tombado das minas de ferro de antiga província de Guayrá, cujos vestígios de construções e ocupação humana são fatores de grande importância para esclarecer o início de povoamento dessa área. Sobre esse projeto, o Conselheiro La Pastora registra o apoio que tem recebido da Curadoria do Patrimônio Natural, através do Coordenador do Patrimônio Cultural. Em sequência, o Conselheiro Luiz Edson Facchin registrou voto de louvor pelo projeto Vila Casari apresentado pelo Conselheiro José Cleide e deseja que constem também os cumprimentos pelo lançamento do livro do Prof. René Ariel Dotti "Reforma Penal Brasileira". Continuando, o Dr. Facchin enfocou assunto veiculado nos meios de comunicação a respeito de "Mata do Godoy", em Londrina, que vem sendo mantida com dificuldade porque o Governo insiste em tributar, considerando a área improdutiva e que existe ainda a ameaça de ser desapropriada para um projeto de assentamento. A respeito do assunto, registra a presença de representantes do movimento pró-natureza que poderão acrescentar maiores esclarecimentos. Tomando a palavra, o representante desse movimento, Alceu Francisco Tabalipa, disse se tratar de uma área de duzentos e noventa alqueires parceladas, onde, conforme o levantamento, há cento e noventa espécies de aves raríssimas e numerosas espécies de árvores, sendo todo o terreno mantido pelo proprietário que vem pagando funcionários e um imposto muito alto, motivo pelo qual deseja que a área fosse tombada comprometendo-se a continuar cuidando do local. Nesse sentido, o Conselheiro José Cleide sugeriu uma comissão para manter o con-

fez com a família Godoy e o poder público municipal para verificar esses fatos e o que se está pretendendo. Manifesta-se remete apoiando Ana Gleide, os Conselheiros Celso Carneiro e Luiz Edson Facchin, apresentando as seguintes propostas que foram unanimemente aprovadas: 1.- Início de estudos visando o tombamento de área que deve ser aplicada através de Coordenadoria do Patrimônio Cultural, D.º. Formação de comissão coordenada pelo Conselheiro Ana Gleide para manter contato com o proprietário; 3.- Expedição de Ofício ao Mined, abordando o aspecto da tributação progressiva injustificada que, no entender do Conselho, não tem amparo na lei e a incoerência das aprovações que se cogita. Foram indicados para constituir essa comissão, junto com a Conselheira Ana Gleide, os Conselheiros Edson Facchin e Celso Carneiro. Finalizando os assuntos do dia, a Conselheira Suplente, Esmeralda Quadros, informou que na Rua da Praia de Paranaguá, que está dentro do Plano Piloto, está proliferando cantinas de concreto com alvará da Prefeitura e, as características dos sobradinhos à beira do Rio Itiberê, estão desaparecendo. Apontou, ainda, a Conselheira para fazer uma denúncia, dizendo que no centro de cidade de Paranaguá, no local chamado Ateno do Cajá, as pessoas põem estes construindo suas pelopitas. Como o local é um mangue, a Prefeitura vende esmaltados de ateno que ali é depositado, ateno este retirado de esmaltado, pois foi constatada a presença de ossadas humanas, mofo, talhas e esboços. Nesse sentido sairá uma matéria no Jornal Estado de São Paulo porque o fato foi denunciado, segundo a Conselheira, à Fundação Mata Atlântica. Sobre este assunto, o Conselheiro Celso Carneiro propôs-se a ler a denúncia ao Conselho do Litoral. No que diz respeito à Rua General Carneiro

de Paranaquá, o Conselheiro Le Pastina optaram a primeira  
 col e situou que junto com a Coordenadoria do Patrimônio  
 Cultural, do go Natural nos seu tomados as providências. Com  
 plementou, ainda, dizendo que assim que estiver terminado um  
 trabalho de levantamento desse escopo que está sendo realiza-  
 do por uma equipe permanente, em Salvador, terá início  
 as ações para tombamento. Concluindo os trabalhos do dia, o  
 Conselheiro Ana Cleide expressou-se dizendo dividir o voto de  
 louvor registrado com os historiadores Aimoré e Macello. Nada  
 mais havendo a tratar, o Sr. Presidente apoteceu a presença de  
 todos e encorrou a reunião. E, para constar, eu, Altamira  
 da Costa Mondadori, Secretária "ad hoc", levei a presente ata  
 que será por todos assinada. Altamira de Mondadori

~~Altamira de Mondadori~~  
~~Altamira de Mondadori~~  
 Par  
 [Signature]

74ª Reunião

Ata da reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, realizada em quinze de dezembro de mil novecentos e oitenta e oito.

Às quinze horas do mês de dezembro de mil novecentos e oitenta e oito, às que-  
 torze horas, no Auditório Brasília Stibere, da Secretaria de Estado da Cultura, à rua Ébano Pereira nº 240, reuniu-se